

# entre linhas

Ano XIV  
Número 65  
Jan-Fev-Mar 2014



## DITADURA E VIOLÊNCIA DE ESTADO

Após 50 anos do Golpe de Estado, o EntreLinhas propõe uma reflexão sobre diferentes formas de violência de Estado utilizadas durante o período da ditadura civil-militar que ainda fazem parte de nosso dia a dia.

### Educação Inclusiva

Conheça o panorama da educação inclusiva no Brasil e como o psicólogo pode contribuir nesse processo.

pág. 15

### Monitoramento Eletrônico

A tecnologia é uma alternativa que beneficia os presos ou o dispositivo fere os direitos humanos e estigmatiza ainda mais essa população?

pág. 19

O Entrelinhas mudou e, a partir desta edição, passa a ter um novo formato. Com um visual mais leve, dinâmico e moderno, o jornal do CRPRS foi reformulado para tornar-se um meio de comunicação mais eficaz, gerando uma aproximação maior entre categoria e Conselho.

Os temas abordados aqui foram selecionados conforme demandas da própria categoria levadas às Comissões, aos Grupos ou Núcleos de Trabalho e aos setores do CRPRS. No formato de artigos, reportagens ou entrevistas, os assuntos contemplam diferentes pontos de vista. A ideia é instigar o leitor a refletir, pesquisar e participar dos debates envolvendo diferentes áreas da Psicologia. Como sabemos que os assuntos apresentados não se esgotam nessas páginas, todos estão convidados a ler mais sobre os temas em nosso site [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).

Iniciamos 2014 lembrando os 50 anos do Golpe Civil-Militar. Para marcar esse fato, convidamos a categoria a refletir sobre discursos, práticas e efeitos que continuam presentes ainda nos dias de hoje. Como a violência de Estado se manifesta atualmente em nossa sociedade? Quem são as vítimas dessa violência? Qual o papel da Psicologia diante dessa realidade? Essas são algumas das reflexões propostas pelo CRPRS que, para marcar a data, está lançando o e-book “Da vida que resiste – vivências de psicólogas (os) entre a ditadura e a democracia”.

Nesta edição, também apresentamos uma reportagem sobre o monitoramento eletrônico no Sistema Prisional. Diferentes especialistas dão sua opinião sobre essa estratégia de controle adotada pela Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul.

Outro assunto destacado é o tema da educação inclusiva. Psicólogos e pedagogos que trabalham com a questão foram entrevistados pelo EntreLinhas buscando analisar o panorama da educação inclusiva no Brasil hoje e como a Psicologia pode contribuir nesse processo.

Também lançamos no EntreLinhas a seção “Relatos de Experiência”. Esse espaço está disponível a todas(os) as(os) psicólogas(os) que tenham interesse em compartilhar sua prática, descrever alguma vivência na Psicologia. Participe! Envie seu relato e divida sua experiência!

Aproveitamos para convidá-lo a participar de reunião para avaliar o resultado de enquête sobre o jornal EntreLinhas e as novidades já implantadas nesta edição. O Encontro para debater o formato do jornal EntreLinhas será na sexta-feira, 11 de abril, às 13h30, na sede do CRPRS em Porto Alegre. Venha, traga ideias e ocupe esse espaço!

### **Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul**

**Comissão Editorial:** Alessandra Xavier Miron, Alexandra Maria Campelo Ximendes e Taiasmin da Motta Ohnmacht

#### **Jornalista Responsável:**

Aline Victorino – Mtb 11602

#### **Estagiária de Jornalismo:**

Audrey Lockmann Barbosa

#### **Redação:** Aline Victorino

#### **Relações Públicas:**

Belisa Z. Giorgis / CONRERP/4-3007

Nádia Miola /CONRERP/4-3008

#### **Eventos:** Adriana Burmann

#### **Comentários e sugestões:**

[imprensa@crprs.org.br](mailto:imprensa@crprs.org.br)

#### **Endereços CRPRS:**

**Sede:** Av. Protásio Alves, 2854/301 –

**Porto Alegre**

CEP: 90410-006

Fone/Fax: (51) 3334-6799

[crprs@crprs.org.br](mailto:crprs@crprs.org.br)

#### **Subsede Serra:**

Rua Coronel Flores, 749/505 – **Caxias do Sul**

CEP: 95034-060

Fone/Fax: (54) 3223-7848

[caxias@crprs.org.br](mailto:caxias@crprs.org.br)

#### **Subsede Sul:**

Rua Félix da Cunha, 772/304 – **Pelotas**

CEP: 96010-000

Fone/Fax: (53) 3227-4197

[pelotas@crprs.org.br](mailto:pelotas@crprs.org.br)

#### **Subsede Centro-Oeste:**

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1709/401

– **Santa Maria**

CEP: 97015-373

Fone/Fax: (55) 3219-5299

[santamaria@crprs.org.br](mailto:santamaria@crprs.org.br)

#### **Projeto Gráfico e Diagramação:**

Tavane Reichert Machado

**Ilustrações:** Márcia Guimarães Spies

**Impressão:** Gráfica Pallotti

**Tiragem:** 15.000 exemplares

Distribuição gratuita

**[www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br)**

 [twitter.com/crprs](https://twitter.com/crprs)

 [facebook.com/conselhopsicologiar](https://facebook.com/conselhopsicologiar)

 [youtube.com/crprs](https://youtube.com/crprs)

## Fique em dia com o CRPRS

→ O CRPRS lembra que o valor integral da anuidade (R\$ 440,12) deve ser pago até 31/03. Após essa data, haverá juros e mora. Entre em contato com o Setor de Cobrança do CRPRS pelo e-mail [fiqueemdia@crprs.org.br](mailto:fiqueemdia@crprs.org.br) ou pelo fone (51) 3334-6799 para programar seu pagamento.

## Reunião discute formato do Jornal EntreLinhas

→ Participe de reunião para discutir o novo formato do jornal EntreLinhas. O encontro será na sexta-feira, 11/04, às 13h30, na sede do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854 – sala 201) em Porto Alegre. Participe e ajude a construir esse canal de comunicação com a categoria. Mais informações pelo fone (51) 3334.6799.

## Sumário

<b>04</b>	<b>FIQUE ATENTO</b>	<i>Ampliação do monitoramento eletrônico no RS</i>
<b>06</b>	<b>DITADURA E VIOLÊNCIA DE ESTADO</b>	<i>Como funciona a tornozeleira eletrônica</i>
	<i>Um passado ainda presente</i>	<i>Vivendo com a tornozeleira</i>
	<i>A Psicologia e a recomposição histórica</i>	<i>O que pensa o GT do Sistema Prisional do CRPRS</i>
	<i>A verdade é revolucionária</i>	
	<i>Clínicas do Testemunho</i>	<b>25</b>
	<i>Lançamento do e-book “Da vida que resiste – Vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia”</i>	<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA</b>
		<i>Muito além de uma tornozeleira</i>
<b>15</b>	<b>ENTREVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	
<b>19</b>	<b>MONITORAMENTO ELETRÔNICO</b>	<b>26</b>
	<i>Liberdade vigiada</i>	<b>CREPOP</b>
	<i>Perspectivas para o Sistema Prisional</i>	<i>Direitos sexuais e reprodutivos em pauta</i>
		<b>27</b>
		<b>ORIENTAÇÃO</b>
		<i>O código de ética e as diferentes intervenções</i>
		<b>28</b>
		<b>AGENDA</b>

## Convocação

→ O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul convoca exclusivamente psicólogos(as) que trabalham em comunidades terapêuticas e/ou estabelecimentos de atenção residencial de caráter transitório para reunião em **28 de março, às 14h, no auditório do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854 – 4º andar) em Porto Alegre**. O objetivo é promover orientações e discussões sobre o exercício profissional do psicólogo no âmbito destas instituições.

fique atento

## PL sobre drogas

O Projeto de Lei 37 de 2013 – substitutivo do Projeto de Lei 7663/2010 do deputado Osmar Terra aprovado na Câmara dos Deputados – está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

→ O PL refere-se à alteração de dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e o financiamento das políticas sobre drogas.

O CRPRS integra Grupo de Trabalho do Sistema Conselhos para acompanhar proposta de substitutivo e intervir

nesse Projeto. O PL também vem sendo tratado pela Comissão de Políticas Públicas do CRPRS visando à construção de contribuições para o enfrentamento dos pontos mais problemáticos e lesivos às políticas públicas voltadas à atenção das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, bem como aos seus direitos. **Fique atento e contribua com essa construção!**

## Nova portaria do MS

→ Foi publicada em janeiro a Portaria nº 94 do Ministério da Saúde que institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A portaria procura desmontar a lógica do manicômio judiciário, a lógica da exclusão, restaurar os direitos humanos dessa população e criar uma outra lógica de atendimento, procurando incluí-las nas políticas públicas e na sociedade. De acordo com a nova portaria, os estados terão que criar “Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP)”.



Acesse e veja a portaria na íntegra: <http://bit.ly/portaria94>

## Ato Médico



→ O CRPRS está mobilizado contra o Projeto de Lei nº 6.126/2013, que altera a Lei 12.842/2013 (Ato Médico).

O projeto não atende as propostas em defesa da autonomia das profissões da saúde. Por isso, a Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde (FCPAS) elaborou uma nova proposta ao texto, apresentada como uma emenda pelo deputado professor Sérgio de Oliveira (PSC-PR), que foi rejeitada pelo relator da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), em dezembro.

O PL alternativo ao Ato Médico deve voltar a ser discutido na Câmara dos Deputados, tramitando em regime de urgência.



Acompanhe andamento do Projeto em [www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br) e manifeste-se contra a proposta.

## 3ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

→ Com o objetivo de discutir e propor alternativas que interfiram na organização do trabalho, acontece de 5 a 7 de junho a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CEST) em Porto Alegre.

Antes dela, serão realizadas Conferências Macrorregionais, com a seguinte previsão de datas:

I - Caxias do Sul, Macrorregião Serra, nos dias 21 e 22 de março;

II - Pelotas, Macrorregião Sul, nos dias 28 e 29 de março;

III - Santa Maria, Macrorregião Centro-Oeste, nos dias 11 e 12 de abril;

IV - Novo Hamburgo, Macrorregião Metropolitana, nos dias 25 e 26 de abril;

V - Santa Cruz do Sul, Macrorregião Vales, nos dias 09 e 10 de maio;

VI - Santa Rosa, Macrorregião Missioneira, nos dias 16 e 17 de maio;

VII - Passo Fundo, Macrorregião Norte, nos dias 23 e 24 de maio.

É fundamental a organização da categoria para contribuições propositivas nessas Conferências. Fique atento e participe das reuniões temáticas que serão promovidas pelo CRPRS na sede e subsedes.



Acompanhe agenda em  
[www.crprs.org.br](http://www.crprs.org.br).  
Mais informações sobre a 3ª  
CEST em [www.ces.rs.gov.br](http://www.ces.rs.gov.br)

## 2ª Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil

→ As etapas preparatórias para a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que acontece de 27 a 30 de maio de 2014, já estão sendo agendadas. A atividade tem como objetivo debater a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, prevista na Lei nº 12.608/12, que prevê que União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral – adotem medidas preventivas e atenuantes, necessárias à redução dos riscos de desastres.

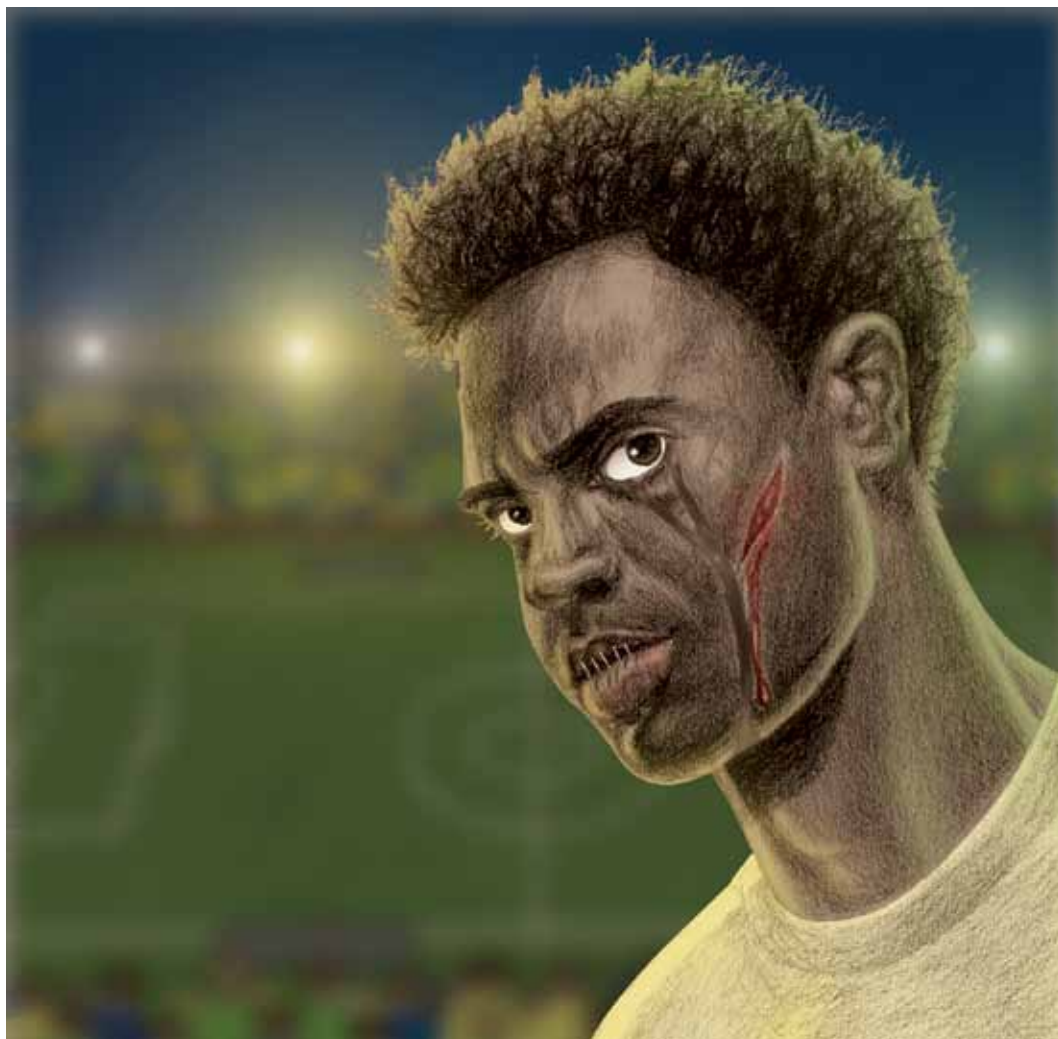
**A 2ª Conferência Estadual acontecerá dia 16 de abril de 2014 em Porto Alegre e o CRPRS integra a Comissão Organizadora Estadual.** Conheça a legislação e participe das etapas da sua região. Todos psicólogos podem contribuir de forma significativa na elaboração dessa política, auxiliando na efetivação da proteção para além da intervenção e apoio em situações de emergência e desastres. Participe!



Mais informações em  
[www.defesacivil.rs.gov.br](http://www.defesacivil.rs.gov.br)



## Um passado ainda presente



Diferentes formas de violência de Estado utilizadas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil ainda fazem parte de nosso dia a dia. Após 50 anos do Golpe de Estado, o jornal EntreLinhas propõe uma reflexão sobre o que mudou de lá para cá? Quem são os alvos desse tipo de violência nos dias de hoje? Como a Psicologia pode contribuir para (re)construir esse passado que ainda é presente?

Há 50 anos um Golpe de Estado dava início ao período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Anos que deixaram resquícios em nossa sociedade. O silêncio, a tortura e diferentes formas de violência de Estado são mecanismos ainda presentes em nossas vidas.

Para a psicóloga **Gabriela Weber Itaquy**, as violências de Estado continuam a ser exercidas, na maioria das vezes, por agentes estatais, aqueles que teriam o dever de proteção e garantia de direitos. “Em muitos momentos, conforme seus critérios, esses agentes julgam e determinam possíveis inimigos sem levar em consideração os direitos desses. Desse modo, cenas de violências, torturas, mortes, desaparecimentos ressurgem principalmente nas regiões periféricas, favelas e presídios”. Um exemplo é o recente caso de Amarildo de Souza, auxiliar de pedreiro, morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro que em 2013 foi dado como desaparecido. De acordo com o Ministério Público, Amarildo foi vítima de sessões de tortura praticadas por policiais militares com sacos plásticos, baldes de água e choques elétricos. “Esse caso foi investigado devido à grande comoção social e midiática, porém questiona-se quantas outras pessoas não são mortas, torturadas e desaparecidas nas mãos do Estado sem o conhecimento da sociedade?”, questiona Gabriela.

Em evento realizado no ano passado no CRPRS, o psicólogo, então coordenador da Comissão Nacional de

Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Pedro Paulo Bicalho, também destacou essa questão. Para ele, a ditadura foi operacionalizada pelos atos institucionais, pela lógica de inimigos internos e pela doutrina da segurança nacional. “Hoje seguimos esses mesmos preceitos em lógicas contemporâneas. A produção do medo como operacionalizador político é ainda uma realidade. O que mudou foi apenas o foco. No passado, o medo era dos subversivos, dos comunistas. Hoje, tememos as ditas ‘classes perigosas’, aqueles a quem devem ser dirigidas as políticas penais deste país”.

Segundo Bicalho, a preparação para os grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, fomenta uma política que segue a mesma lógica de exílio, do conceito ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’. “Esse raciocínio faz com que certas classes da sociedade sejam entendidas como lixo e, como tal, devem ser banidas das cidades, o que podemos perceber em políticas higienistas praticadas por certos governos. Extermínios de modos de existências são extermínios como qualquer outro”.

A psicóloga **Luciana Knijnik** conta que, na época em que morou no Rio de Janeiro, convivia direto com diferentes formas de violência de Estado. “Diariamente lia notícias sobre execuções nas favelas. Se as vítimas são jovens o ato é sempre relacionado ao tráfico ou à resistência de uma abordagem policial. O pior é ver a população aplaudindo

**Gabriela Weber Itaquy** é mestranda na UFRGS e vem pesquisando sobre as violências de Estado exercidas na época da ditadura e a atual criação da Comissão Nacional da Verdade, questionando seus efeitos sociais, políticos e subjetivos de sua atuação.

**Luciana Knijnik** trabalhou com o tema tortura em seu mestrado na UFF/RJ e agora, em sua tese de doutorado na UFRGS, aborda o tema da violência de Estado por meio de cartas escritas no tempo da ditadura e de presos dos regimes atuais. Conheça mais o projeto Caligrafias da Resistência em <http://www.caligrafias-daresistencia.com>



Assista ao vídeo do Seminário no CRPRS “Ditadura e Democracia” – Qual o papel da violência de Estado?” em [www.youtube.com/crprs](http://www.youtube.com/crprs)

e aprovando essas execuções, seguindo a lógica do ‘pobre tem mesmo que morrer’”. Para ela, aqui no Rio Grande do Sul essa violência também existe. “Quem acaba vendo isso de perto são as pessoas que trabalham nas vilas ou instituições como delegacias, presídios ou locais de execução de medidas socioeducativas. Neste momento, certamente alguém está sendo torturado em uma dessas instituições”.

Luciana lembra que a tortura se fortaleceu na época da ditadura como forma de violência de Estado. “Nesse período, as instituições se aparelharam com mecanismos mais refinados de tortura e até hoje não sabemos quem eram as pessoas envolvidas com esses crimes na época. Estavam agindo em nome do Estado e o Estado somos nós. Hoje, quando vejo um policial batendo em alguém na rua, costume dizer que ele está fazendo isso com meu dinheiro, não posso deixar isso acontecer”, declara.

Para **Edson Luiz André de Sousa** a tortura está ainda muito presente no Brasil. “Hoje, no Brasil, a tortura infelizmente é moeda corrente, e o que é pior, feita de forma escancarada. Como é possível conviver com a ideia de que muitos torturadores ainda são vistos

como heróis, inclusive sendo premiados pela barbárie que cometeram?”.

Buscar entender o que de fato ocorreu no passado é necessário não somente pelo direito que temos de saber o que de fato aconteceu, mas também para conseguir, a partir disso, transformar o presente e, conseqüentemente, o futuro. “Essas coisas só podem ter algum tipo de transformação na medida em que a gente conhece o que aconteceu. Não é o tempo que vai apagar essa história. Isso a gente sabe que vai passando de geração para geração. Esse trauma não se resolve enquanto a história não é contada”, explica Luciana Knijnik.

Com o fim da época ditatorial e a instauração da Lei da Anistia há a sensação de que uma pedra foi colocada sobre o assunto. Esse esquecimento é também um dos motivos pelos quais, muitas vezes, o testemunho daqueles que foram vítimas de violência de Estado acaba se tornando tão difícil. “Sobretudo no caso de sociedades pós-ditatoriais, as políticas de reconciliação, que muitas vezes são acompanhadas de anistias como uma espécie de esquecimento decretado oficialmente, geram uma resistência ao testemunho”, constata **Marcio Seligmann-Silva**.

**Edson Luiz André de Sousa** é professor do Pós Graduação em Psicologia Social e Pós Graduação em Artes Visuais da UFRGS.



Leia o artigo “Caixa Preta” de Edson Luiz André de Sousa em [www.crprs.org.br/entrelinhas65](http://www.crprs.org.br/entrelinhas65)

“Não é o tempo que vai apagar essa história. Isso a gente sabe que vai passando de geração para geração. Esse trauma não se resolve enquanto a história não é contada.”





Agora, diante de ações como a Comissão da Verdade e novas políticas adotadas pelo Estado, a ditadura volta a estar em evidência; porém nem sempre da maneira mais adequada. “Devemos ficar atentos se dentro dessas práticas estamos dando um novo lugar para o assunto ou recolocando tal temática em um não-lugar social”, acredita Gabriela Weber Itaquy.

Luciana Knijnik vê com preocupação o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), por exemplo, por investigar um período mais amplo do que os anos de Ditadura Civil-Militar. Para ela, esse período mais longo foi adotado como estratégia para esvaziar e tirar o foco dos acontecimentos que, de fato, deveriam ser esclarecidos. “Fica a sensação de que agora saberemos tudo graças ao trabalho

da Comissão da Verdade, o que é muito ruim. A Comissão não vem apresentando nada diferente do que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos havia apresentado”.

Já Márcio Seligmann-Silva defende a importância do trabalho desenvolvido pela CNV. “Está ampliando enormemente nossa visão do que foi a violência no período da ditadura, salvando do esquecimento os povos indígenas massacrados naquele período, assim como as terríveis violências praticadas contra os camponeses e que lamentavelmente ficaram fora de nossa história e memória. Tenho certeza que o relatório será um marco na história daquele período e deverá auxiliar na criação de uma cultura dos direitos humanos neste país”.

**Márcio Seligmann-Silva** é professor do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Tu  
estavas ten-  
do aula normal, aí entrava a polícia  
e ninguém sabia o que ia acontecer. E  
aí o arrancaram. Não tivemos coragem  
de fazer nada, ficamos com muito medo. E ele foi  
levado gritando, pedindo ajuda. Pelo menos esse  
voltou depois. Conheci companheiros clandestinos, foragidos,  
com risco de vida, cassados pelo país todo, que vinham para cá e  
ficavam escondidos. Até que um dia apareceu um policial na  
minha casa, me intimando para depor no DOPS, que era o fami-  
gerado Departamento de Ordem Política e Social.  
Levaram-me para uma sala bem grande,  
quase vazia. Um escrivão ficou me in-  
terrogando, perguntando se eu era  
subversiva e outras coisas, esse tipo  
de pergunta 'altamente inteli-  
gente.' E mostrando muitas  
fotos, eu não conhecia nin-  
guém. Mas era muita gente!  
Aquilo me fortaleceu  
por dentro. Por  
que eram  
pessoas  
de todas as  
idades, de tu-  
do que  
era

## A Psicologia e a recomposição histórica

O trabalho do psicólogo, independente de seu âmbito de atuação, está diretamente relacionado ao contexto social e político em que vivemos. “A Psicologia tem um importante papel de escuta dos sujeitos violentados, acreditando na potência da narração enquanto possibilidade de singularização, constituição do sujeito e empoderamento de voz ao mesmo”, afirma Gabriela Weber Itaquy.

É nesse contexto que o testemunho surge como instrumento fundamen-

tal tanto para a construção da história, como para a memória individual e coletiva. “Ao testemunhar ela se revincula à sociedade. Ao fazer isso por um grupo ela tanto denuncia as dores vividas coletivamente como, no momento em que reafirma sua pertença a esse grupo, ajuda nessa recostura do eu ao mundo”, explica Márcio Seligmann-Silva.

O **Projeto Clínicas do Testemunho** – desenvolvido pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG) – tem como pressuposto fundamental a escu-



Saiba mais sobre  
o Projeto Clínicas  
do Testemunho em  
<http://projetosig.blogspot.com.br>

ta psicanalítica e a recomposição histórica, a partir dos conceitos psicanalíticos de trauma e temporalidade. “A fala é abordada como possibilidade de que as séries traumáticas cristalizadas encontrem relações psíquicas, que retroativamente se temporalizam. A recomposição história onde o sujeito se inscreve e reescreve o social é uma das questões apontadas como forma de lidar com a violência de Estado da ditadura no Brasil”, descreve Bárbara Conte em seu artigo **“Clínicas do Testemunho: desafio na reconstrução da história”**.

Bárbara ressalta que ao dar um testemunho, a pessoa é capaz de coleti-

vizar sua experiência, que é da ordem do traumático individual. “Consegue contar sua história, do seu jeito, na medida em que é possível para ela. Essa é uma forma dela mesma fazer nexos, ligações, fazer o que chamamos de recomposição psíquica de alguma coisa que está sob efeito traumático”. Quando os acontecimentos estão presentes de forma muito intensa, como os fatos traumáticos, eles não ocupam um lugar no passado, estão sempre no presente. “Essa intensidade que está sempre no presente faz com que a pessoa reviva esse sofrimento, esse trauma, constantemente, o que é desorganizador”.



Leia o artigo “Clínicas do Testemunho: desafio na reconstrução da história” de Bárbara de Souza Conte na íntegra em [http://bit.ly/SIG\\_revista\\_de\\_psicanalise](http://bit.ly/SIG_revista_de_psicanalise)

## EntreLinhas recomenda

→ O Documentário “Arquivos da Cidade”, lançado em 2009, apresenta o depoimento de Irges, Carlos, Bona, Lino, Gregório e Antônio, personagens que compõem a história do Brasil. Vivendo no sul do país, em um dos períodos mais violentos da ditadura civil-militar, eles resistiram ao terror imposto pelo Estado e sofreram na pele a prisão, a tortura e o desaparecimento de amigos e familiares. A direção é de Luciana Knijnik e Felipe Diniz. Acesse [http://bit.ly/arquivos\\_da\\_cidade](http://bit.ly/arquivos_da_cidade) e assista ao documentário.

## A verdade é revolucionária

→ O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou em dezembro o livro “A Verdade É Revolucionária: Testemunhos e Memórias de Psicólogas e Psicólogos sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)”. O livro contém 700 páginas com testemunhos de 55 profissionais de todas as regiões do Brasil que, de diversas maneiras, tiveram suas vidas atravessadas pelo período da repressão no país. **A publicação está disponível em [http://bit.ly/verdade\\_revolucionaria](http://bit.ly/verdade_revolucionaria)**

## Clínicas do Testemunho

Marcas da tortura e da violência ainda são sentidas fortemente por aquelas pessoas que, de alguma forma, foram atingidas pela ditadura. Para dar apoio psicológico a essas pessoas, o Ministério da Justiça, a partir da Comissão da Anistia, lançou em 2012 o projeto Clínicas do Testemunho. O projeto atende a determinação da Corte Interamericana ao Estado brasileiro, como forma de se responsabilizar pelo efeito que teve nos cidadãos durante os anos ditatoriais.

No Rio Grande do Sul, o projeto é desenvolvido pela Sigmund Freud Associação Psicanalítica (SIG), em Porto Alegre, desde abril de 2013. O trabalho é dividido em três abordagens: o atendimento psíquico gratuito para pessoas afetadas pela ditadura civil militar (anistiados, anistiandos e familiares até segundo grau) por meio de sessões individuais; a capacitação de profissionais e de agentes da saúde que trabalham com violência de Estado e tortura nos dias de hoje; grupos de testemunho, eventos abertos com a proposta de coletivizar aquilo que foi a experiência individual de cada pessoa.

“A expectativa inicial era de ter uma demanda muito grande. São 80 mil pedidos de anistia protocolados na Comissão da Anistia (Ministério da Justiça), sendo 1.800 pessoas do Rio Grande do Sul. Porém, essa demanda não veio conforme nossa expectativa, explica a coordenadora do projeto na SIG, Bárbara Conte que atribuiu o baixo número de participantes do projeto ao fato de ainda ser um tema de difícil abordagem. “Muitos questionam: para que criar um projeto como esse depois de 50 anos? Esse é um passado que não é passado, pois não é conhecido, ainda é um tema que não fez seu registro por inteiro porque não é plenamente conhecido, foi distorcido e silenciado”.

Além disso, Bárbara lembra que enquanto não houver o conhecimento do que foi essa violência, ela continuará se repetindo. “Famílias que silenciaram histórias sentem os efeitos disso nas gerações seguintes, com a produção de sintomas e manifestações que revelam aquilo que foi omitido”, explica.

**Saiba com participar do projeto em <http://projetosig.blogspot.com.br>**

# Lançamento do e-book “Da vida que resiste – Vivências de psicólogas(os) entre a ditadura e a democracia”

O CRPRS está finalizando o e-book “Da Vida Que Resiste – Vivências De Psicólogas(os) entre a Ditadura e a Democracia”. O livro apresenta as entrevistas realizadas com psicólogos do Estado que vivenciaram a ditadura militar e têm algo a dizer sobre o terrorismo de Estado ou sobre as ações de resistência ocorridas no período da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). O objetivo da ação é contribuir com o resgate histórico, realizado há mais de duas décadas pelo movimento social organizado, militantes e familiares de mortos e desaparecidos.

A iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do CRPRS foi alavancada pelo projeto do Conselho Federal de Psicologia que deu origem ao livro “A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. Na edição regional, além das quatro entrevistas que compuseram a edição nacional, estão incluídos outros seis depoimentos, coletados após o período do mapeamento nacional.

O CRPRS entende que o reconhecimento, por parte da sociedade brasileira, das violências sofridas por aqueles vitimados por ações violadoras de direitos é uma forma de reparação possível e necessária aos sofrimentos vividos.

**Acesse [www.crprs.org.br/davidaqueresiste](http://www.crprs.org.br/davidaqueresiste)**

## **Confira trechos de algumas entrevistas publicadas no e-book:**

*Ainda falta à Psicologia brasileira um compromisso maior com a dimensão de transformação ou de ruptura, de buscar na história, de vasculhar, de dar mais voz para quem ainda não falou”.*

**Aline Reis Calvo Hernandez**

*“A análise que eu faço é que em 77 o criminoso em potencial, o criminoso mais perigoso e mais vigiado e mais perseguido era o criminoso de ideias. (...) E como subversivo ele atrapalhava”.*

**Fernanda Bassani**

*“Se for avaliar hoje, o acontecimento do golpe determinou as minhas escolhas. Não fui à toa para a Psicologia Social, não fui à toa para a história da Psicologia, não estou à toa estudando essas perspectivas na Psicologia”.*

**Helena Beatriz K. Scarparo**



## ditadura e violência de estado

*“Na época, os militares faziam grandes patrulhas a cavalo e, à noite, paravam bem na frente da nossa casa. Nós todos, lá dentro, ficávamos em pânico, sem saber se eles iam prendê-lo naquele momento ou não. (...) Um deles bateu na porta, e quando foi aberta, vários deles entraram na nossa casa com as armas em punho e se postaram nas várias peças, como se fôssemos bandidos sendo presos”.*

### **Iara Chagas Castiel**

*“A Ditadura cometeu crimes, delitos, isso tem que ser devidamente revisto, repensado. Essa violência ela repercute no imaginário social. (...) A Copa do Mundo de 70 obscureceu todos os gritos dos presos que estavam presos, torturados. Acho que agora é que está se recuperando um pouco essa história”.*

### **Liliane Seide Froemming**

*“Simplesmente quando ele retornou das prisões, ele não conseguia falar. Começava, falava alguma coisa e se emocionava e nós nos emocionávamos também. Nós não nos autorizávamos a falar mais”.*

### **Maria Luiza Castilhos Flores Cruz**

*“(...) estamos em situações tão ou mais dominadoras do que às daquela época. Só que hoje os atores, os personagens são outros, mas as relações não mudaram”.*

### **Pedrinho Arcides Guareschi**

*“Sabe do que eu lembro? De terror, de medo, porque meu pai era político e foi perseguido. (...) Vivía aterrorizada, pensando que a todo o momento podia entrar alguém dentro da minha casa, carregar meu pai e nos matar. (...) Nós temos uma democracia, mas não exercemos essa democracia. Está sempre de uma maneira ou de outra sendo tolhida com uma ditadura, abuso de poder”.*

### **Rosamari Fração Morim**

*“A questão não é indenização, a questão é o reconhecimento de que as pessoas passaram por esse processo histórico, foram torturadas, foram coagidas, tiveram a sua liberdade e seus direitos, os direitos políticos, cassados, perderam parte da sua vida profissional, afetiva, social. E aí, isso passou? Não, não passou. Temos que construir essa*

*história, essa história tem que aparecer, as pessoas tem que saber o que aconteceu.”.*

### **Ruth Ordovás**

*“Um dia apareceu um policial na minha casa, me intimando para depor no DOPS, que era o famigerado Departamento de Ordem Política e Social. (...) Levaram-me para uma sala bem grande, quase vazia. Um escrivão, chamado Carlos Cardoso, ficou me interrogando, perguntando se eu era subversiva e outras coisas, esse tipo de pergunta “altamente inteligente”. E mostrando muitas fotos, eu não conhecia ninguém. (...) Mas era muita gente! Aquilo me fortaleceu por dentro. Porque eram pessoas de todas as idades, de tudo que era cara, tudo que era jeito. Uma cara mais bonita que a outra. E eu tinha o prazer de dizer: “Não conheço, não sei, nunca vi, não conheço”.*

### **Thaís Ferreira Cornely**



Para marcar o Dia de Luta pela Educação Inclusiva, comemorado em 14 de abril, o jornal EntreLinhas entrevistou especialistas no assunto para discutir como está o panorama da educação inclusiva no Brasil e como o psicólogo pode contribuir nesse processo.

### O que significa falar em educação inclusiva?

→ **Betina Hillesheim** – A inclusão escolar assume o formato atual a partir de algumas condições de possibilidade que delineiam a inclusão como um imperativo, ou seja, especialmente a partir do final do século XX, incluir está na ordem do discurso. Não se trata, assim, somente da inclusão escolar; hoje se fala em inclusão nos mais variados âmbitos: na saúde, na assistência social, no mercado de trabalho, etc. A partir do final da década de 90, no Brasil, há um deslocamento da noção de integração para inclusão como a entendemos hoje,

isto é, no sentido de garantir a entrada e a permanência de todos os alunos nas classes comuns da escola regular.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** – Educação inclusiva é um movimento e uma perspectiva. Um movimento, porque reconhecemos ações que se transformam e que propõe novas transformações. Tais ações associam-se a práticas diferentes, as quais rompem com verdades estabelecidas e determinam a falência de critérios classificatórios. Uma perspectiva, porque permite a emergência de propostas que vêm imprimindo outra direção ao trabalho educativo e à reflexão em educação. Nesta perspecti-



Acesse [www.crprs.org.br/entrelinhas65](http://www.crprs.org.br/entrelinhas65) e confira as entrevistas sobre o tema na íntegra e artigo escrito pela psicóloga Andrea Asti Severo, da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS.

**Betina Hillesheim**  
Psicóloga, doutora em Psicologia, professora e pesquisadora do departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

**Claudio Baptista**  
Psicólogo. Mestre em Educação pelo PPGedu/UFRGS. Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE/UFRGS.

**Cláudia Freitas**  
Pedagoga/Psicopedagoga Doutora em Educação pelo PPGEDU/UFRGS. Professora no DEBAS/UFRGS. Integrante do NEPIE/FACED/UFRGS. Tutora do Núcleo da Pedagogia na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva EduSaúde/UFRGS.

va, Educação Inclusiva é a possibilidade de todas as pessoas em idade escolar estarem no espaço escolar e em processo de aprendizagem. Falar de Educação Inclusiva significa falar de educação para todas as pessoas incluindo aquelas que historicamente estiveram fora da escola. É a defesa de que o processo de escolarização não seja pautado na seleção daqueles que supostamente poderiam se beneficiar do espaço escolar.

### Como você vê a educação inclusiva no Brasil hoje?

→ **Betina Hillesheim** – Por um lado, ainda há bastante resistência à inclusão escolar, sob a alegação de falta de estrutura das escolas, despreparo dos professores, discriminação desses alunos por parte dos colegas e pais, entre outros motivos alegados. Também há críticas às formas como a inclusão está sendo pensada por parte de alguns grupos que deveriam ser ‘incluídos’, como é o caso dos surdos, que lutam, entre outras coisas, pelo direito de terem, preferencialmente, professores surdos e reivindicam o reconhecimento da LIBRAS como primeira língua.

Por outro lado, também se percebe a inclusão como uma ‘bandeira’, algo a ser defendido a qualquer custo. Tal posição é complicada, pois rechaça qualquer questionamento, como se, ao problematizar a inclusão escolar, houvesse a defesa da exclusão desses grupos sociais.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** – A inclusão vem se dando no Brasil de forma difusa e baseada em projetos que

têm diferentes ênfases. Mas sempre em movimento crescente. Dados oficiais do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais revelam um aumento significativo nas matrículas em termos de inclusão escolar na rede comum e uma significativa diminuição da frequência em espaços segregados ao longo dos anos. Esse é um dos principais indícios que nos permitem afirmar que o cenário brasileiro tem se alterado. Em 1998, 13,02% dos alunos público alvo da educação especial estavam em escolas regulares/classes comuns e 86,98% estavam matriculados em escolas especializadas e classes especiais. Já em 2011 o índice inverte e apenas 25,77% dos alunos referidos da mesma forma estão matriculados em escolas especializadas e classes especiais e 74,23% dos alunos encontram-se em escolas regulares/classes comuns.

### Como podemos entender a relação dos serviços de apoio e das escolas especiais com a educação inclusiva?

→ **Betina Hillesheim** – Os documentos prevêm o atendimento educacional especializado, que deve ocorrer no contraturno das aulas. Porém, especialmente nas escolas privadas, o que se vê é o encaminhamento do aluno para diferentes profissionais: psicopedagogo, psicólogo, neurologista, etc. Sem entrar no mérito da sua eficácia, podem ser problematizados dois possíveis efeitos desses encaminhamentos: a busca da normalização desse aluno, a partir do modelo do alu-

no ideal e a transferência da responsabilidade da escola com a aprendizagem do aluno para espaços não-escolares. No caso das escolas especiais, a discussão é outra. Muitos argumentam que há alunos que não se beneficiam da entrada na escola regular, pois a escola especial teria condições de oferecer um acompanhamento mais adequado às suas necessidades. Assim, uma das discussões que se tem realizado é que as escolas especiais também podem ser consideradas inclusivas, pois incluir não é somente colocar o aluno dentro de uma sala de aula comum.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** - Os serviços de apoio são fundamentais e podemos observar que as escolas que contam com tais serviços são aquelas que estão conseguindo organizar de forma mais consistente a inclusão. Nas escolas públicas, o que vem se instituindo é a organização de Salas de Recursos que disponibilizam educadores para o trabalho de forma colaborativa com o professor regente de forma a estabelecer um Atendimento Educacional Especializado. Trabalha-se para que essa ação considere o aluno e seus espaços de inserção, seja a escola, a família, a cultura e os espaços de saúde.

### Qual a maior dificuldade das escolas quando o assunto é inclusão escolar?

→ **Betina Hillesheim** - Uma queixa recorrente é a formação dos professores, visto que esses alegam não estar preparados para lidar com as diferenças na

sala de aula. É importante destacar que, nos diferentes documentos, os professores são tidos como agentes responsáveis pela inclusão. Esta responsabilização dos professores causa certo mal-estar, pois, dentro da lógica discursiva que se apresenta a inclusão, é enfatizada a necessidade de um constante aperfeiçoamento e autonomia dos docentes na busca por ações inclusivas que visem garantir a permanência de uma variedade de 'outros' no contexto da escola regular. Porém, pensar a inclusão também significa repensar o funcionamento da escola, com seus esquemas de seriação, conteúdos, avaliações, etc. A entrada deste contingente de alunos na escola coloca a própria escola em xeque, indo muito além da responsabilização dos professores como agentes da inclusão.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** - A garantia de um espaço de inclusão na escola irá depender de um posicionamento em relação à possibilidade ou não de que todos aprendam no ambiente escolar. Quando os professores da escola reconhecem a possibilidade de aprender como algo que está posto para todos os alunos, passam a transformar dificuldades em possibilidades, inventando e reorganizando o projeto pedagógico de forma a ensinar a todos. Trata-se, portanto, de uma postura inicial de aposta na aprendizagem como mudança contínua. É muito mais importante o suporte de pessoas com intenções de um trabalho colaborativo. É importante a escola perceber



#### EntreLinhas recomenda

O curta-metragem "Cuerdas" conta a história de uma menina que vive num orfanato, e que criou uma ligação muito especial com um novo colega de classe que sofre de paralisia cerebral. Confira em [http://bit.ly/curta\\_cuerdas](http://bit.ly/curta_cuerdas)

que também é produtora do sujeito. Aquilo que o aluno tem como deficiência não é “trazido” por ele, isoladamente, mas é construído na relação social e a escola faz parte desse meio social. Olhar o aluno de certo modo, falar ao aluno de certo modo, constrói a sua condição de aluno “incompleto”, deficiente, ou capaz de aprender.

### Como o psicólogo pode se inserir nessa questão?

→ **Betina Hillesheim** – A atuação dos psicólogos, em geral, ainda é muito pautada em um modelo clínico individualizante. Penso ser importante uma maior aproximação com a área da Educação, buscando compreender essa busca incessante por uma pretensa normalidade no contexto escolar e seu desdobramento em infinitos outros: o outro com TDAH, o outro cego, o outro surdo, o outro cadeirante, o outro pobre, o outro nômade... Assim, mais do que a normalização das condutas, a Psicologia pode contribuir na reflexão sobre as formas com as quais lidamos com a diferença.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** – O psicólogo tem uma importância muito grande, tanto na possibilidade de colaborar no avanço da inclusão escolar, como na ênfase histórica que teve como profissional que mais se envolveu no encaminhamento de alunos. O psicólogo participou historicamente como o profissional que mais se envolveu na avaliação inicial do aluno. Estamos nos referindo ao processo de encaminhamento em uma

lógica da educação especial baseada em filtro: quem estaria apto para a escola? E para a classe especial ou para a escola especial? Por outro lado, hoje esse é um profissional que deve estar envolvido com conhecimentos que permitam uma atuação em rede entre as pessoas e profissionais envolvidos na vida do aluno.

### A inclusão escolar está mais presente no âmbito privado ou público?

→ **Betina Hillesheim** – De forma geral, é possível dizer que, nas escolas públicas, há uma maior discussão sobre a inclusão, visto as políticas públicas de educação que regulam o assunto e a maior demanda. Nas escolas privadas, embora as matrículas também ocorram, ainda se percebe uma concepção de que o esforço pela inclusão deve se dar, principalmente, pelo aluno e pela família, os quais devem buscar atendimentos especializados que visem sanar suas dificuldades.

→ **Claudio Baptista e Cláudia Freitas** – Embora saibamos que cada vez mais as escolas particulares têm recebido alunos “considerados de Inclusão”, organizando-se para dar sustentação com formações em serviço e contratando profissionais da área, ainda é a escola pública que acolhe predominantemente os alunos assim referidos. As ações e quadros que sustentam um Atendimento Educacional Especializado fazem parte de uma definição de Política Pública bem definida. Isso acaba por desenhar um diferencial entre as escolas públicas e privadas.



# Liberdade vigiada

O uso do monitoramento eletrônico pelo Sistema Prisional já é realidade no Rio Grande do Sul. De um lado estão aqueles que defendem a tecnologia como uma alternativa que beneficia os presos. De outro, os que acreditam que o dispositivo fere os direitos humanos e estigmatiza ainda mais essa população.

O monitoramento eletrônico é utilizado no Rio Grande do Sul pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) como uma alternativa para minimizar os efeitos negativos do encarceramento. “Sabemos que o sistema carcerário atual não tem um viés de recuperação, piora as pessoas. A tornozeleira surge como uma opção de descarceirização, criando condições para a recuperação do preso. Acreditamos e apostamos na recuperação humana e já percebemos que, longe de ambientes hostis como os presídios, as chances de recuperação tornam-se infinitamente maiores”, afirma César Moreira, chefe da Divisão de Monitoramento Eletrônico da Susepe.

No Rio Grande do Sul, a utilização das tornozeleiras eletrônicas no Sistema Prisional iniciou, efetivamente, em 2013. Antes disso, um projeto piloto foi desenvolvido em 2010. Cerca de 850 presos dos regi-

mes semiaberto e aberto são monitorados eletronicamente (dados de janeiro). Segundo Moreira, esse número deve ser ampliado até o final de abril, chegando a 5.000 monitorados no estado.

De acordo com a Susepe, o sistema é 60% mais econômico do que o convencional. “Um preso custa em média para o estado em torno de R\$ 1.200 a R\$ 1.300 por mês, com o monitoramento eletrônico esse custo cai para R\$ 400 por mês, incluindo não somente o aluguel do equipamento, mas toda a parte operacional, de estrutura e logística”, explica César. Além disso, a redução da reincidência e fugas do semiaberto também é apresentada como ponto positivo, representando cerca de 2% ao mês contra 13% no sistema convencional.

Ao integrar o programa de monitoramento eletrônico o preso passa a utilizar a rede pública de saúde. Técnicos da Susepe (assistentes sociais)



tornam-se referência, encaminhando os apenados ao atendimento nos Centros de Referência Psicossocial e nas Unidades Básicas de Saúde, por exemplo. Para a diretora do Departamento de Tratamento Penal (DTP), Sandra Fonseca, o monitoramento eletrônico ainda é algo novo e exige uma nova forma de trabalho dos profissionais do sistema prisional. Sandra destaca os benefícios da proposta que desconstrói a lógica de um sistema falido. “A liberdade, embora vigiada, proporciona melhor qualidade de vida. O preso, que antes vivia dentro do presídio em um ambiente ruim onde, muitas vezes, era influenciado a agir contra sua própria vontade, está inserido na sociedade e conta com o apoio da família”.

No Judiciário, um dos defensores do monitoramento eletrônico é o juiz Sidinei José Brzuska, que atualmente está no 2º Juizado da 1ª Vara Cível de Porto Alegre. Para ele, o monitoramento eletrônico contribui no processo de ressocialização por retirar o preso do ambiente prisional, que tem funcionado como fator criminógeno e gerador de reincidência. “O método diminui a segregação, uma vez que permite a circulação do condenado junto ao meio social, ampliando o convívio familiar”.

Para o jornalista e doutorando em Sociologia, professor da Cátedra de Direitos Humanos do IPA, Marcos Rolim, não há qualquer indicador que sinalize uma contribuição na ressocialização do preso que utiliza a tor-

nozeleira. “Atualmente, só o que se pode afirmar é que o monitoramento eletrônico contribui com a saúde financeira das empresas contratadas”, critica Rolim.

A psicóloga e colaboradora do CRP do Rio de Janeiro, Márcia Badaró, também vê com preocupação a estratégia que vem sendo adotada em diversos estados. Nas últimas décadas, acompanhamos a profusão de um mercado da economia lícita produzida a partir dos equipamentos de controle e vigilância em nome de uma suposta segurança pública”, afirma.

Para os críticos à estratégia, as tornozeleiras surgem como um mecanismo extra de controle sobre aqueles que já estão encarcerados. “Trata-se de distorção típica de uma visão punitivista que segue apostando no encarceramento massivo como forma de contenção. Acredito que os recursos despendidos com o monitoramento eletrônico seriam muito melhor empregados em programas efetivos de apoio aos egressos”, declara Rolim.

Salo de Carvalho, doutor em Direito pela UFPR, também vê o monitoramento eletrônico como uma forma de controle penal. “Com o abandono do discurso ressocializador, o sistema punitivo ingressa na fase do controle atuarial dos riscos produzidos por pessoas e grupos considerados “perigosos”. Trata-se de um evidente câmbio do controle disciplinar para o controle biopolítico.”

Salo lembra que, desde a década de 80 as “alternativas” à prisão tornaram-se “aditivos” de controle social. Para ele, o Judiciário segue encarcerando, definitiva e preventivamente, as pessoas que sempre encarcerou. “Aqueles que seriam absolvidos ou mantidos em liberdade processual recebem essas medidas ‘alternativas’, produzindo, na prática, um novo ‘princípio’: ‘in dúbio pro medida alternativa’”.

Segundo Salo, dados oficiais demonstram claramente que o Judiciário segue encarcerando, definitiva e preventivamente, as pessoas que sempre encarcerou. “Aqueles pessoas que seriam absolvidas ou mantidas em liberdade processual recebem estas medidas ‘alternativas’, produzindo, na prática, um novo ‘princípio’: ‘in dubio pro medida alternativa’”.

A psicóloga Márcia Badaró também indica essa questão como problemática, pois o número de presos provisórios no Brasil cresce cada vez mais. Segundo dados de 2013, do Conselho Nacional de Justiça há no Brasil cerca de 230 mil presos provisórios aguardando suas sentenças.

Outro aspecto negativo destacado é o constrangimento pelo qual muitos usuários da tornozeleira acabam passando. “Eles têm marcado no corpo a condição de ‘presidiário’, agravando o estigma e o preconceito vivenciados nessa condição”, analisa Márcia.



LEIA MAIS:

Foucault em  
“Vigiar e Punir”

Foucault em  
“Nascimento da  
Biopolítica”

## Perspectivas para o Sistema Prisional

A redução da demanda de encarceramento é, para muitos, o caminho para melhorar as condições do Sistema Prisional brasileiro. “É preciso reservar as penas de prisão para pessoas que praticam crimes violentos, aplicando outras penas aos demais condenados. Sem isto, o sistema prisional não poderá ser efetivamente reformado, porque não há recursos para assegurar a oferta de vagas nas dimensões requeridas pela demanda punitiva atual”, afirma Marcos Rolim.

No Brasil são mais de 100 mil pessoas presas por crimes patrimoniais, cometidos sem qualquer tipo de violência ou grave ameaça. “Precisamos reduzir encarceramento: prender menos e “melhor”. Digo “melhor” no sentido de apenas prender nos casos excepcionais, casos de grave violência (real) contra a pessoa”, declara Salo de Carvalho.

Márcia Badaró acredita na necessidade de uma reflexão social sobre o dispositivo “prisão” como solução para conflitos sociais. “Sabemos que a prisão só produz delinquência e corrupção. Porém, o encarceramento é ainda, para alguns juízes, a primei-

ra opção para a punição, enquanto a Constituição Federal prevê a pena privativa de liberdade como última opção para as punições”.

Segundo a psicóloga, a maioria das pessoas acaba reincidindo nos delitos e retornam à prisão por falta de oportunidades e pela necessidade premente de sobrevivência. “A sociedade precisa se dar conta de que não há prisão perpétua em nosso país, felizmente, e que essas pessoas, hoje presas, retornarão à vida em liberdade. E se todos nós queremos nos sentir seguros, é preciso medidas governamentais sérias e importantes que busquem garantir o não retorno dessas pessoas à prisão”, analisa Márcia.

O juiz Sidinei José Brzuska acredita na importância da participação de toda a sociedade para melhorar o Sistema Prisional e cita o método APAC, modelo carcerário que humaniza as prisões, como uma alternativa.

“Particularmente, defendo que o sistema deve ficar 80% inteiramente sob o controle do Estado, 15% em co-gestão com a iniciativa privada e 5% com o método APAC”, declara o juiz Sidinei José Brzuska.



LEIA MAIS:

<http://bit.ly/metodoAPAC>

## Ampliação do monitoramento eletrônico no Rio Grande do Sul

→ A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, em janeiro, o projeto que trata do monitoramento eletrônico de autores de violência doméstica e familiar.

De acordo com a Susepe, os homens, autores de violência doméstica, serão monitorados pelo uso da tornozeleira eletrônica e não podem estar perto da vítima. A mulher também recebe um dispositivo de proteção preventiva que, se desejar, irá carregar consigo. “Esse dispositivo é importante para que um alerta seja emitido quando os dois estão se aproximando. Se vítima e agressor estão se dirigindo a um mesmo local, um shopping, por exemplo, o sistema gera um alerta e se inicia uma série de protocolos, afastando a vítima do agressor”, explica César Moreira, chefe da Divisão de Monitoramento Eletrônico da Susepe.

### Como funciona a tornozeleira eletrônica

→ O equipamento é composto por uma cinta com um cabo de fibra de aço e fibra ótica e uma caixa à prova d’água com bateria, GPS, sensor de luz e ar, dois chips de operadoras de celular e dispositivo anti-impacto. É de responsabilidade do próprio monitorado carregar a bateria do dispositivo.

Quando o monitorado ultrapassa áreas de circulação permitidas pelo juiz ou a tornozeleira é rompida, agentes da Susepe entram em contato com o preso solicitando que retorne à zona permitida. Caso as recomendações não sejam atendidas, o monitorado é considerado foragido.

## Vivendo com a tornozeleira



→ Utilizando a tornozeleira eletrônica há 2 meses, Paulo\* vê o uso do monitoramento como uma ótima alternativa para ficar mais próximo de sua família. “No início foi um pouco desconfortável, mas já me acostumei. Hoje já me sinto livre, parece que nem estou com a tornozeleira. É uma maravilha. Posso ir para o trabalho e para minha casa ficar junto com a família”.

Pedro\* também prefere usar a tornozeleira do que viver no presídio, porém relata que a sociedade ainda vê o equipamento com preconceito. “O constrangimento na rua ainda é muito forte, tem gente que não olha para nossa cara, olha direto para a perna. Entre isso ou ficar preso, prefiro usar a tornozeleira para estar mais perto da família”.

*\* Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos apenados.*



## O que pensa o GT do Sistema Prisional do CRPRS

**Luciane Engel,** psicóloga conselheira do CRPRS, membro do GT Sistema Prisional.

**Gustavo Polese,** psicólogo, membro colaborador do GT Sistema Prisional do CRPRS.

A Psicologia tem debatido, no Grupo de Trabalho do Sistema Prisional do CRPRS, questões referentes aos cuidados integrais da saúde da pessoa presa e de que maneira se dará o trabalho dos psicólogos e psicólogas que atuam no sistema prisional com a realidade do monitoramento eletrônico. Como atuar nesta nova configuração penal é um questionamento constante no Grupo. O sujeito, que sai da prisão ou passa por situação de controle extremo, diminui sua capacidade de lidar com a condição de liberdade em função da institucionalização. Assim, o monitoramento que, *a priori*, justifica a desinstitucionalização em função da precariedade do Sistema, pode deixar essa população desassistida.

Apesar da “evolução” tecnológica, que aparece sempre como modo de suavizar o martírio humano nas punições, percebe-se que qualquer que seja a evolução essa não dará conta de sanar o imperativo do poder e a lógica de punir que transversaliza as relações humanas e marca o funcionamento social diante desta questão. Os fatos sugerem que todas as políticas penais são pensadas e efetivadas em torno da punição e do controle. Este é o cerne que movimenta a engrenagem, demonstrando ter maior importância do que a própria vida humana, o que nos faz pensar, muitas vezes, se realmente estamos distantes dos suplícios.

Entendemos que a Monitoração Eletrônica é uma nova forma de gestão do sistema prisional que vigora, contemporaneamente, em grande parte do mundo, advinda da necessidade do próprio sistema em continuar gerin-

do-se e assim, de poder lidar com problemas atuais como o (hiper) encarceramento de pessoas. Esse que, advém, em síntese, também do próprio homem (e de sua consciência), quando criminaliza um número cada vez maior de condutas humanas (tipos penais), e, por outro lado, paradoxalmente, não consegue transcender a lógica punitiva, ainda fortemente vigente, mesmo frente ao cenário incontestável de fracasso do ideal reabilitador das prisões.

Precisamos ampliar a discussão junto à população em geral acerca de conceitos como ‘periculosidade’ e previsibilidade do ato criminoso, assim como novas intervenções punitivas à distância.

É necessário pensarmos, neste cenário, em que a prisão sai também para fora do cárcere tradicional, em como zelar para que o princípio da intranscendência da pena não seja violado e pensarmos em formas de realizar o apoio e o acompanhamento das pessoas em situação de monitoramento eletrônico, voltado para incluí-las em redes de apoio, assistenciais e/ou intersetoriais, garantir direitos fundamentais, dignidade e a concreta inserção em territórios e comunidades. Recuperar pessoas (‘se podemos dizer assim’) é muito mais que apenas vigiá-las para não reincidirem em delitos.



**LEIA MAIS:**  
Confira artigo na íntegra do GT do Sistema Prisional em <http://www.crprs.org.br/entrelinhas65>

Quer participar do debate sobre a questão do monitoramento eletrônico? Participe das reuniões do GT do Sistema Prisional. Acompanhe agenda pelo [www.crprs.org.br/crp\\_comissoes](http://www.crprs.org.br/crp_comissoes)

# Muito além de uma tornozeleira

Quando você entra hoje numa prisão brasileira, principalmente nos grandes centros, você não sai dali o mesmo, as cenas que você enxerga são cruéis e desumanas. Você vê a miséria humana, o ser humano sendo rebaixado à condição de coisa, de resto, de dejetos, porque você se depara com um lugar imundo, com pessoas subnutridas, com lixo, ratos, insetos, doenças, superlotação, pessoas vivendo como animais.

Diante dessa realidade, o monitoramento eletrônico chega como uma ferramenta para atender à necessidade de uma sociedade que não disponibiliza mínimas condições de sobrevivência de quem vive na prisão.

Inclusive sabemos que existe um recorte no mundo sobre quem é o sujeito preso. No Brasil o sujeito que vai para uma prisão é, em sua maioria, o sujeito negro, o sujeito pobre, que não teve acesso aos bancos escolares, o sujeito que vivia nos entornos dos mapas, nas periferias, o sujeito que não tem acesso ao mercado de trabalho. O monitoramento eletrônico é usado como uma ferramenta de gestão no resgate desse sujeito que está lá sendo mortificado. É interessante que essa seja a alternativa também “aceita” pela

sociedade, de uma forma geral, para tratar da questão penitenciária.

Porém, devemos questionar porque não se foi pela via dos direitos jurídicos para contar o problema da superlotação? Sabemos que grande parte dos presos, hoje, no Brasil, poderiam estar cumprindo suas penas de forma mais branda (regime semiaberto) ou até mesmo em liberdade condicional se fossem observados seus direitos jurídicos conforme a letra da lei. O manicômio judiciário do RS é emblemático nesse sentido: lá estão pessoas que há 30 anos receberam uma medida de segurança para permanecerem por apenas um ano.

Novas tecnologias surgem, mas o que não muda é o imaginário de uma sociedade sem crime, como se o crime não fosse um ato humano. O higienismo social ressurgiu sempre pelos auspícios de “fazer o bem”. Assistimos ao ideário da fantasia da limpeza social, da exclusão do diferente. O debate sobre a questão prisional vai além de uma “tornozeleira”, requer responsabilidade, sobretudo requer que esse diálogo comporte o humano que há em nós, para que efetivamente produzamos políticas públicas que nos garantam sustentabilidade.



**Ana Paula de Lima**  
– Psicanalista; Especialista em Saúde Pública pela ESP. Foi diretora da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre. Atualmente Psicóloga no Manicômio Judiciário do RS.



Você também quer compartilhar sua experiência como psicóloga(o)? Envie um relato para [imprensa@crprs.org.br](mailto:imprensa@crprs.org.br) destacando sua prática. Os textos serão avaliados pela Comissão Editorial do EntreLinhas e poderão ser publicados nas próximas edições do jornal. Participe!

## Direitos sexuais e reprodutivos em pauta



Neste ano de 2014 o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas realizará uma aproximação com os psicólogas(os), gestores, usuários e demais trabalhadores das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

Essa ação tem como objetivo a produção de um documento de referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) nesse campo. Essa temática foi indicada como prioritária pela categoria no VIII Congresso Nacional de Psicologia realizado em 2013 e eleita pelo Sistema Con-

selhos como importante pauta política, principalmente, frente as discussões contemporâneas sobre o Estatuto do Nascimento, a Legalização do Aborto, os Partos Humanitários, entre outros.

A construção de referências técnicas para este campo é a afirmação do compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com o respeito à autonomia dos homens e mulheres para decidir se querem ou não ter filhos, quantos filhos terão e a que tempo. No que se refere aos direitos sexuais afirmamos o respeito à liberdade de expressão e vivência da sexualidade.

Se você trabalha com essa temática entre em contato conosco pelo email [crepop@crprs.org.br](mailto:crepop@crprs.org.br) ou pelos telefones (51) 3334.6799 ou (51) 8406.6103 e fique atento às ações do CREPOP neste ano.

# Código de ética e as diferentes intervenções

## Área Técnica

Lucio Fernando Garcia – Coord. da Área Técnica  
Adriana Dal Orsoletta – Psicóloga Fiscal  
Flavia Cardozo de Mattos – Psicóloga Fiscal  
Leticia Giannchini – Psicóloga Fiscal  
Lucia Regina Cogo – Psicóloga Fiscal

O Código de Ética Profissional tem como função primordial assegurar um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria. Ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, o Código de Ética procura fomentar a autorreflexão exigida de cada psicólogo acerca de sua práxis, de modo a responsabilizá-lo por suas ações e consequências no exercício profissional.

Significa dizer que, independentemente da área de atuação ou dos anos de experiência profissional, o psicólogo deve estar em constante avaliação de suas práticas, **considerando se está capacitado pessoal, teórica e tecnicamente**, reconhecendo e respeitando os seus limites. O Código de Ética dos Psicólogos atual, em vigor desde 2005, visa estabelecer princípios e ordenamentos que disciplinem minimamente o exercício profissional dos Psicólogos. Dizemos, minimamente posto, que este Código possibilita **reflexões dos profissionais quanto à melhor conduta** a ser tomada mediante cada caso concreto, não restringindo detalhadamente o que deve ser feito.

De qualquer modo, estas diretrizes e princípios devem ser tomados independente do tipo de contrato estabelecido entre profissional e empregador/paciente/cliente e do tipo de intervenção. Ou seja, o respeito ao Código é exigido sendo o profissional contratado como autônomo, celetista ou servidor público. Da mesma maneira, sendo sua intervenção em

espaço público ou privado, as normativas que regem a profissão mantêm-se as mesmas. Aspectos importantes no exercício profissional do psicólogo, como o **sigilo e a confidencialidade, devem ter o mesmo tratamento em quaisquer de suas áreas de atuação**.

Também as Resoluções, que estabelecem mais objetivamente de que maneira proceder na prestação de serviços psicológicos, valem para todas as áreas da profissão. Nesse sentido, importante destacar, por exemplo, as Resoluções que disciplinam a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo (**Resolução CFP nº007/03**) e a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos (**Resolução CFP nº001/09**).

## Os principais objetivos do Código de Ética:

- Buscar especificar os princípios de uma profissão diante da sociedade;
- Busca documentar os direitos e deveres do profissional;
- Estabelecer os limites das relações que o profissional deve ter com colegas e clientes/pacientes;
- Prever a importância de manter o sigilo profissional;
- Incluir o respeito aos direitos humanos nas pesquisas científicas e na relação cotidiana;
- Delimitar e especificar o uso de publicidade.



## USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

[ ] ausente [ ] endereço insuficiente  
 [ ] falecido [ ] não existe o número indicado  
 [ ] recusado [ ] desconhecido  
 [ ] não procurado [ ] inf. porteiro/síndico  
 [ ] mudou-se [ ] outros (especificar)

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 data rubrica do responsável

VISTO

Agência Avenida Protásio Alves - CEP: 90410-970

## Cursos

### Intensivo de Psicoterapia de Casais

04 e 05/04/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: iaracamaratta@gmail.com  
 iaracamaratta.com.br

### Famílias: práticas analíticas e sociais

Abril a agosto de 2014 (um sábado por mês)  
 Caxias do Sul / RS  
 Informações: (51) 9866.0728  
 vania.andrade.psc@terra.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Por que para que rever a Metapsicologia Freudiana 100 anos depois?

Início e 22/03/2014  
 Bento Gonçalves / RS  
 Informações: (55) 3451.9813  
 iepprn@brturbo.com.br

### Mediação de Conflitos: Novo paradigma à construção da paz

13/03 a 09/10/2014 (quintas-feiras)  
 Porto Alegre/RS  
 Informações: (51) 3222.6134  
 info@clipmed.com.br  
 www.clipmed.com.br

### Medicina Psicossomática

12/03 a 19/11/2014 (encontros quinzenais)  
 Caxias do Sul / RS  
 Informações: dorval@clincitessari.com.br  
 www.recriar.net

### Coordenação de Grupos: Experiência Teórico-vivencial

19/03 a 10/12/2014 (quartas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Amor, amores e paixões: vislumbres aspirações e paisagens... nas artes na vida e no coração

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 c.ricardo.k@gmail.com  
 www.pichonpoa.com.br

### Fundamentos Teórico-práticos de Coordenação de Grupos

12/04 a 06/12/2014 (um sábado por mês)  
 Caxias do Sul / RS  
 Informações: (54) 3221.4799  
 leocylida@yahoo.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Fundamentos Teórico-práticos de Coordenação de Grupos

05/04 a 06/12/2014 (um sábado por mês)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Análise Institucional: principais conceitos e intervenção

12/04 a 09/08/2014 (um sábado por mês)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Esquizoanálise e práticas sociais e institucionais

12/04 a 13/09/2014 (um sábado por mês)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Proposições contemporâneas para as práticas clínicas, grupais e institucionais

05 e 06/05/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Famílias: práticas analíticas e sociais

29/03 a 27/07/2014 (um sábado por mês)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 contato@pichonpoa.com.br  
 www.pichonpoa.com.br

### Formação em Terapias de Terceira Geração

Março de 2014 a Maio de 2015  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3346.1525  
 adriana@cefipoa.com.br  
 www.cefipoa.com.br

### Formação em Psicologia Clínica Humanista Abordagem Centrada na Pessoa - ACP

Março de 2014 a dezembro de 2015  
 Novo Hamburgo/RS  
 Informações: (51) 3527.4816  
 agaph@agaph.com.br  
 www.agaph.com.br

### Especialização em Psicoterapia

Inscrições até 10/03/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3333.3266  
 fumm@mariomartins.org.br

### Especialização em Psicoterapia Cognitiva Comportamental

Abril de 2014 a dezembro de 2015  
 Pelotas / RS  
 Informações: (55) 9998.2027  
 pelotas@inititutowp.com  
 www.wpcentrodepsicoterapia.com.br/pelotas

### Especialização em Terapia Sistêmica Individual, Conjugal e Familiar

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3346.1525  
 adriana@cefipoa.com.br  
 www.cefipoa.com.br

### Especialização em Terapias Individual, Familiar e de Casais - Abordagem Sistemática-Integrativa

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.0353  
 infapa@cpovo.net  
 www.infapa.com.br

### Especialização em (Re)abilitação Neuropsicológica Clínica

Início em 28/03/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3332.6164  
 thirza@bitacoracom.br

### Pós Graduação Lato Sensu: Intervenção em situações de Luto

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3346.1525  
 adriana@cefipoa.com.br  
 www.cefipoa.com.br

### Pós-Graduação em Avaliação Psicológica

Início em 14 de março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3225.3501  
 poa@ipog.edu.br  
 www.ipog.edu.br

### Pós-Graduação em Psicanálise e Educação

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3027.7326  
 posgraduacao@uniritter.edu.br

## Grupos de Estudo

### Teoria e Técnica das Paradas e Impasses do Tratamento

Início em março de 2014 (segundas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### Patologias do Desvalimento

Início em março de 2014 (segundas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### Os Escritos Técnicos de Freud: Continuidades e Transformações

Início em março de 2014 (terças-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### Estudo em Reprodução Humana Grupo Pró-Criar

Início em março de 2014 (terças-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### O Pensamento de Winnicott Módulo I - As Origens da Agressão

02/04 a 02/07/2014 (quartas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: seminarios.winnicott.poa@gmail.com

### Escritos Técnicos de Freud: Sobre a Função do Analista

Início em março de 2014 (quartas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### Estudos sobre Vínculos e Transgeracionalidade

Início em março de 2014 (sextas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### O Encontro da Teoria de Freud na Clínica Atual

Início em março de 2014 (sextas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

### Piera Aulagnier

Início em março de 2014 (sextas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br

## Congressos, Jornadas e Simpósios

### 1º Congresso Iberoamericano de Psicologia Forense

01 a 04/04/2014  
 Curitiba / PR  
 Informações: (41) 3022.1247  
 www.iberoforense2014.com.br

### V Congresso Latino-Americano de Psicologia ULAPSI

14 a 17/05/2014  
 Antigua Guatemala - Guatemala  
 Informações: vulapsi@ulapsi.org  
 www.ulapsi.org/vulapsi

### Congresso Internacional de Grupo Operativo "Intervención grupal y poder"

21 a 23/08/2014  
 Santiago - Chile  
 Informações: secretaria.congreso@cigo2014.cl  
 www.cigo2014.cl/congreso

### 4ª Jornada NEAPC de Terapias Cognitivas

30 e 31/05/2014  
 Porto Alegre/RS  
 Informações: (51) 3333.2123  
 jornadaneapc@neapc.com.br  
 www.neapc.com.br

### XI Jornada CELPCYRO sobre Saúde Mental

06 e 07/06/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3388.4944  
 celpcyro@celpcyro.org.br  
 www.celpcyro.org.br

### I Simpósio Internacional de Espiritualidade na Prática Clínica

11 e 12/04/2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3024.4846  
 aprs@aprs.org.br

## Seminários

### Seminário Edgar Morin - Reforma do pensamento, desassossego dos paradigmas e complexidade

Início em março de 2014  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3331.7467  
 c.ricardo.k@gmail.com  
 www.pichonpoa.com.br

### Seminário Clínico - estudo de casos clínicos

Início em março de 2014 (sextas-feiras)  
 Porto Alegre / RS  
 Informações: (51) 3330.3845  
 secretaria@sbdpepa.org.br